



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
HOSPITAL NAVAL DE NATAL**

DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL DE SAÚDE AUTÔNOMO (PSA)

A DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA EM ENVELOPE DESTINADO AO SERVIÇO DE CREDENCIAMENTO E NA MESMA ORDEM DOS ITENS NUMERADOS ABAIXO.

1. REQUERIMENTO

1.1 Utilizar modelo.

(*) Os odontólogos somente poderão se candidatar ao Credenciamento para 2 (duas) especialidades (Art.7º, “c”, da Lei nº 5.081, de 24AGO1966).

2. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1 Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

2.2 Certidão de quitação eleitoral, nos termos do Art. 7º, § 1º, III, c/c Art. 146 do Código Eleitoral.

3. COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

3.1 Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

3.3 Prova de regularidade de inscrição e de recolhimento das contribuições do Contribuinte Individual para com a Previdência Social, efetuada mediante a apresentação da Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI), fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

3.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
(*) Caso o licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição ao CRF, declarar tal fato.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT),

3.5	mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.	
3.6	Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Municipal efetuada mediante apresentação de Certidão expedida pela Secretaria Municipal de Tributação do domicílio ou sede do licitante.	
3.7	Inscrição no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde).	

(*) As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

4. COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA		
4.1	Comprovação da Especialidade mediante apresentação da Certidão do Conselho com o registro da especialidade que está sendo credenciado.	
4.2	Na ausência da especialização registrada no Conselho, apresentar Certificado de Conclusão da Especialidade que está sendo credenciado.	
4.3	Alvará de localização e funcionamento válido ou auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), expedido em seu nome no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado.	
4.4	Inscrição no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - Pessoa Física)	
4.5	<p>Alvará de autorização sanitária válido, expedido em seu nome, no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado.</p> <p>O Credenciamento do PSA poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Situação - Alvará de autorização sanitária vencido: <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária. 2. Situação - requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias): <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido. 3. Situação - requerimento superveniente à instituição da empresa: <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária. 4. Situação - funcionamento decorrente de decreto judicial: <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido. 	

5. DECLARAÇÕES	
5.1	Declaração de que não é empregador (caso não seja). ANEXO R.
5.2	Declaração de fatos impeditivos. ANEXO U.
5.3	Declaração de enquadramento como “baixo risco A”. ANEXO V.

Natal, 20 de outubro de 2025.

ANA PAULA DA SILVA ROSNER
Capitão de Fragata (RM1-T)
Assessora do Serviço de Credenciamento

ASSINADO DIGITALMENTE